



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA – 1ª ETAPA – 18 de setembro de 2011**

Bloco I (Questões de 01 a 30) – Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Administrativo e Direito Penal;

Bloco II (Questões de 31 a 80) – Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente;

Bloco III (Questões de 81 a 100) – Direito Processual Civil, Direito Internacional e Comunitário, Direito Previdenciário e Direito Empresarial.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 100 (cem) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização da prova não será permitido: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
10. Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Titulares

Desembargador Wilson Fernandes - Presidente da Comissão

Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal

Advogado Eli Alves da Silva – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Titulares

Desembargador Carlos Roberto Husek - Presidente da Comissão

Juiz Ricardo Verta Ludovice

Advogado Oscar Alves de Azevedo - Representante da OAB

Suplentes

Juíza Ana Lúcia Vezneyan

Juíza Eliane Aparecida da Silva Pedroso

Advogado Euro Bento Maciel - Representante da OAB



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 1

Para o recebimento do adicional de transferência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, devem estar preenchidos os seguintes requisitos:

- (A) A transferência deve ser definitiva e o empregado deve autorizá-la.
- (B) A transferência deve ser definitiva e imposta pelo empregador por ato discricionário.
- (C) A transferência deve ser definitiva e deve implicar a mudança de domicílio do empregado.
- (D) A transferência deve ser provisória e não deve implicar a mudança de domicílio do empregado.
- (E) A transferência deve ser provisória e implicar a mudança de domicílio do empregado.

QUESTÃO 2

Aponte a alternativa correta sobre o trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, de acordo com o que prevê a Lei nº 8.630, de 1993:

- (A) É realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo determinado, contratados dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados, e por trabalhadores portuários avulsos.
- (B) É realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado, contratados dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados, e por trabalhadores portuários avulsos.
- (C) É realizado apenas por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo determinado, contratados dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados.
- (D) É realizado apenas por trabalhadores portuários com vínculo empregatício a prazo indeterminado, contratados dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados.
- (E) É realizado apenas por trabalhadores avulsos.

QUESTÃO 3

Sobre as férias anuais, reguladas pelo capítulo IV, do título II, da CLT, considere as seguintes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

proposições:

- I. É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- II. A época da concessão das férias será a que melhor interessar ao empregador.
- III. Vencido o período concessivo, sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação trabalhista cuja pretensão será a fixação do período de gozo.
- IV. A remuneração das férias, mesmo quando devida após a cessação do contrato de trabalho, terá natureza salarial, para os efeitos do art. 449 da CLT.
- V. A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.

Responda:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV são corretas.
- (D) Apenas as assertivas II, IV e V são corretas.
- (E) Todas as assertivas são corretas.

QUESTÃO 4

Sobre a evolução histórica do Direito do Trabalho, de 1500 até a Constituição da República de 1988, considere as seguintes proposições:

- I. Até a Proclamação da República não houve qualquer norma no quadro legislativo referente ao trabalho, o que é compatível com o panorama social escravocrata, só abolido no ano anterior.
- II. No período que vai da Proclamação da República até a data imediatamente anterior à Revolução de 1930, o Brasil não contou com qualquer norma que remetesse ao Direito do Trabalho, posto que a época era de turbulenta transição político-social do país e, por todo o mundo, surgiam os mais variados processos ditatoriais.
- III. Em 1930, cria-se o Ministério do Trabalho, apresentado pela doutrina como marco do aparecimento do Direito do Trabalho no Brasil.
- IV. Em 1943, surge o diploma mais importante para a disciplina, que é a Consolidação das Leis do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

V. A Constituição do Império, de 1824, limita-se a assegurar a liberdade de trabalho, ao passo que a Constituição de 1891 assegura a liberdade de associação.

Responda:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
- (D) Apenas as assertivas III, IV e V são corretas.
- (E) Todas as assertivas são erradas.

QUESTÃO 5

Considere as seguintes proposições referentes à renúncia no Direito do Trabalho:

- I. O artigo 12 da Convenção nº 132, da Organização Internacional do Trabalho, adotada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197, de 1.999, proíbe a renúncia ao gozo das férias mediante indenização.
- II. Em nenhuma hipótese será válido o pedido de demissão do empregado estável, conforme prevê o art. 500 da CLT.
- III. Conforme entendimento sumulado pelo TST, havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- IV. Também conforme entendimento sumulado pelo TST, o direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.
- V. A Constituição da República de 1988 flexibilizou o princípio da irrenunciabilidade do sistema trabalhista, conforme se extrai de seu art. 7º, incisos VI, XIII e XIV, que tratam, respectivamente, da irredutibilidade salarial, da duração do trabalho normal e da jornada em turnos ininterruptos de revezamento.

Responda:

- (A) Apenas as assertivas I, III, IV e V são corretas.
- (B) Apenas as assertivas II, IV e V são corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III, IV e V são corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II, e IV são corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) Todas as assertivas são corretas.

QUESTÃO 6

Em relação ao grupo econômico, analise as seguintes proposições:

I. O grupo econômico no âmbito do Direito do Trabalho configura-se na hipótese descrita pelo artigo 2º, § 2º, da CLT, que dispõe que serão solidariamente responsáveis as empresas que estejam ligadas pela direção, controle e administração entre si, cumulativamente.

II. A doutrina consagrada descreve o conceito de controle, que pode ser definido como a possibilidade do exercício de uma influência dominante de uma empresa sobre outra, podendo-se dizer que controlar uma empresa é subordinar os bens a ela atribuídos à consecução de suas finalidades.

III. De igual modo a doutrina exemplifica situações de controle, tais como na hipótese de empresas sob o domínio de um mesmo grupo familiar, instaladas no mesmo local e se utilizando dos mesmos empregados, bem como na hipótese de duas empresas terem os mesmos administradores e a administração de uma e outra convergirem para a exploração do mesmo negócio.

IV. Segundo jurisprudência sumulada pelo TST, que impõe a responsabilidade solidária entre empresas do mesmo grupo econômico, se o empregado presta serviços em mais de uma delas, caracteriza-se sempre a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

Responda:

(A) Somente estão corretas as assertivas I e II.

(B) Somente estão corretas as assertivas I e III.

(C) Somente estão corretas as assertivas II e III.

(D) Somente estão corretas as assertivas II e IV.

(E) Todas as assertivas estão erradas.

QUESTÃO 7

No que diz respeito ao trabalho temporário regulado pela Lei nº 6.019, de 1974, aponte a única das assertivas abaixo que está correta:

(A) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviço deve ser obrigatoriamente escrito, ainda que seja dispensável a menção expressa do motivo justificador da demanda de trabalho temporário.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(B) No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável, no que toca ao período em que o trabalhador esteve sob suas ordens, pelas contribuições previdenciárias, remuneração e indenização prevista na lei 6.019/74.

(C) Tendo em vista a possibilidade de fraude aos direitos trabalhistas, proíbe-se a contratação do trabalhador pela tomadora de serviços ao fim do prazo do trabalho temporário.

(D) Para que a marca do trabalho precário e provisório dos temporários não os prejudique em suas novas contratações profissionais, a lei mencionada não autoriza o registro da condição de temporário na CTPS do empregado.

(E) Constituem justa causa para rescisão do contrato do trabalhador temporário as hipóteses descritas nos artigos 482 e 483 da CLT, se ocorrentes entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário, mas não se entre o trabalhador e a empresa tomadora ou cliente.

QUESTÃO 8

A legislação, tanto constitucional como infraconstitucional, adota diversas medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. Abaixo seguem algumas proposições. Aponte a única incorreta dentre elas:

(A) A Lei 3.207, de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, assegura a irredutibilidade da remuneração ainda que a zona de trabalho do empregado vendedor seja ampliada ou restringida de acordo com a necessidade da empresa.

(B) É lícita a redução geral dos salários dos empregados da empresa em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, conforme art. 503 da CLT, sendo certo que a Constituição da República restringiu essa norma, apenas assegurando a garantia ao salário mínimo legal.

(C) Integra o rol das medidas de proteção ao salário do empregado, previstas na CLT, a proibição do *truck-system*.

(D) Tanto a lei como a jurisprudência sumulada pelo TST consideram lícitos determinados descontos, tais como, respectivamente, os decorrentes de dano causado pelo empregado, desde que este tenha agido com dolo ou esta possibilidade tenha sido acordada, e os referentes aos planos de assistência odontológica, desde que livre e previamente autorizados pelo empregado, por escrito.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) Os descontos a título de contribuição sindical não só estão reconhecidos pela CLT, como também pela própria Constituição da República em vigor.

QUESTÃO 9

Sobre a estabilidade e as garantias provisórias de emprego, assinale a única alternativa correta:

- (A) Decorre de lei que o empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá em multa, até que seja cumprida a decisão.
- (B) Por ter o art. 2º, § 1º, da CLT equiparado os profissionais liberais ao empregador, não se aplica o art. 507 da CLT aos seus empregados, que, portanto, não gozam de qualquer espécie de garantia de emprego.
- (C) O empregado estável não recebe indenização pela rescisão do contrato a prazo indeterminado, no caso de extinção da empresa, fechamento do estabelecimento ou supressão de atividade, havidos sem motivo de força maior, conforme preveem os artigos 497 e 498 da CLT.
- (D) Diante da previsão constitucional que protege a relação de emprego contra a despedida arbitrária, a dispensa do empregado não é um direito potestativo do empregador.
- (E) Os titulares e suplentes representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia não gozam de vedação à dispensa durante o período de mandato.

QUESTÃO 10

Sobre a prescrição expressamente prevista na CLT ou de interpretação já pacificada pela jurisprudência sumulada pelo TST, aponte a única alternativa incorreta:

- (A) Como o congelamento do valor das gratificações não traduz ato único, mas sim negativo, as diferenças correspondentes estão sujeitas à prescrição parcial.
- (B) O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.
- (C) Na ação que objetive corrigir desvio funcional e em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.
- (D) Não flui a prescrição da pretensão cujo objeto seja a anotação de CTPS para fins de prova



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

junto à Previdência Social.

(E) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

QUESTÃO 11

Analise as seguintes proposições:

- I. Médico-residente, de acordo com a legislação que define a residência-médica, é considerado empregado, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.
- II. Escrevente contratado diretamente pelo titular de cartório não oficializado, às expensas deste, é considerado funcionário público, porque subordinado também à Corregedoria e às normas de Organização Judiciária do Estado.
- III. O contrato de trabalho do Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões deverá conter, obrigatoriamente, os locais onde o mesmo atuará, ficando dispensada a anotação dos locais opcionais.
- IV. Nenhum membro do Conselho de Administração de sociedade anônima pode ser enquadrado como empregado.
- V. Membro eleito do Conselho Fiscal de sociedade anônima pode ser empregado de sociedade do mesmo grupo.

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão erradas.
- (B) Todas as assertivas estão certas.
- (C) Somente a assertiva V está correta.
- (D) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- (E) As assertivas I, III e V estão corretas.

QUESTÃO 12

Analise as seguintes proposições:

- I. A jornada normal de trabalho dos profissionais no setor de radiodifusão, fotografia e gravação é de seis horas diárias, com limitação de trinta e seis semanais.
- II. Nos espetáculos teatrais e circenses, desde que sua natureza ou tradição o exijam, o interregno intrajornada poderá, em benefício do rendimento artístico, ser superior a 2 (duas) horas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

III. Os contratos de trabalho firmados com índios isolados são nulos, a menos que firmados com prévia autorização do órgão de proteção ao índio.

IV. Os contratos de trabalho firmados com índios em processo de integração prescinde de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio.

V. A mãe social tem direito à anotação desta condição em sua CTPS, desde que, não prestando serviços com exclusividade, trabalhe para terceiro apenas em regime de tempo parcial.

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Todas as assertivas estão erradas.
- (C) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- (D) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 13

No que diz respeito ao empregado eleito para o cargo de diretor de sociedade anônima, conforme entendimento sumulado, assinale a alternativa correta:

- (A) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima tem o respectivo contrato de trabalho interrompido, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
- (B) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.
- (C) A eleição de empregado para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima implica a extinção do vínculo de emprego.
- (D) O empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, computando-se todavia como tempo de serviço este período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego, caso em que o interstício como diretor não será computado como tempo de efetivo serviço.
- (E) Nenhuma das anteriores está correta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 14

A mãe social tem direito a:

- (A) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior a metade do salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias, natalinas e FGTS.
- (B) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior a metade do salário mínimo, férias de trinta dias, natalinas e FGTS, mas não tem direito a DSR.
- (C) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias e natalinas, mas não tem direito ao FGTS.
- (D) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas, férias de trinta dias, natalinas e FGTS.
- (E) Anotação em CTPS, remuneração em valor não inferior ao salário mínimo, DSR de vinte e quatro horas consecutivas e FGTS, mas não tem direito nem às férias, nem tampouco às natalinas.

QUESTÃO 15

No que diz respeito ao empregado doméstico, observe as proposições:

- I. Quando o empregador fornecer, *in natura*, uma ou mais das parcelas do salário mínimo, a parte paga em dinheiro não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento), salvo em se tratando de empregado doméstico que resida no próprio local da prestação de serviços, quando então a parcela deduzida a título de moradia poderá implicar na redução de tal percentual.
- II. A possibilidade de efetuar desconto salarial a título de despesas de moradia do empregado doméstico que residir em local diverso daquele onde presta seus serviços prescinde de acordo entre as partes.
- III. A alimentação e o vestuário concedidos ao empregado doméstico têm natureza salarial e se incorporam à remuneração para todos os efeitos.
- IV. É empregada doméstica quem presta serviços de natureza não eventual, de forma subordinada, mediante salário e com habitualidade em residência de síndico de condomínio de apartamentos.
- V. É empregada doméstica quem presta serviços de natureza não eventual, de forma subordinada, mediante salário, com exclusividade e habitualidade, a condomínio de apartamentos, desde que contratada diretamente pelo síndico e não pela Administradora do condomínio.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão erradas.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (C) Está correta apenas a assertiva III.
- (D) Está correta apenas a assertiva IV.
- (E) Estão corretas apenas as assertivas II e V.

QUESTÃO 16

Quanto ao trabalhador rural, é incorreto afirmar:

- (A) Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o desconto de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, afeto à ocupação da morada, será dividido proporcionalmente ao número de empregados, ficando vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.
- (B) Embora devendo integrar o resultado anual a que tiver direito o empregado rural, a plantação intercalar, mesmo quando autorizada e objeto de contrato em separado, não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do empregado, durante o ano agrícola.
- (C) Considera-se trabalho noturno o executado entre as 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, na lavoura.
- (D) A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de seis meses, superar dois meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável.
- (E) Considera-se trabalho noturno o executado entre as 20 horas de um dia e as 4 horas do dia seguinte, na pecuária.

QUESTÃO 17

A respeito da compensação de jornada, consoante entendimento sumulado, é correto afirmar:

- (A) O “banco de horas” pode ser instituído por negociação coletiva ou por acordo individual.
- (B) A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual, escrito ou tácito, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- (C) O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, mesmo que dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(D) O acordo individual, escrito, para compensação de horas é válido, mesmo se houver norma coletiva em sentido contrário.

(E) Nenhuma das anteriores está correta.

QUESTÃO 18

Analise as seguintes proposições:

I. Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º consolidado, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que gaste para tanto dez minutos ou mais.

II. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis, casos em que a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal, desde que respeitado o limite máximo de duas horas prorrogadas por dia, por período não superior a 60 (sessenta) dias.

III. O empregado contratado sob o regime de tempo parcial, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, terá direito às férias na mesma proporção dos demais empregados, ainda que com mais de 7 (sete) faltas injustificadas.

IV. Todo o empregado, independentemente de contratado em regime de tempo parcial ou não, pode converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, desde que o requeira até quinze dias antes do término do período aquisitivo.

Responda:

(A) Todas as assertivas estão corretas.

(B) Todas as assertivas estão erradas.

(C) Somente as assertivas I e III estão corretas.

(D) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

(E) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 19

Analise as seguintes proposições:

I. A jornada diária dos cabineiros de elevadores é de seis horas diárias, podendo ser elástica a oito, desde que tal condição tenha sido prevista previamente no contrato de trabalho.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

II. Porteiro e servente de instituição bancária fazem jus à jornada especial do bancário, tal qual os demais empregados de estabelecimentos de crédito exercentes de profissão enquadrada como sendo de categoria diferenciada.

III. Nas empresas exploradoras do serviço de telegrafia submarina, a jornada máxima dos operadores é de seis horas contínuas de trabalho por dia ou trinta e seis semanais.

IV. A duração máxima da jornada dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios também é de seis horas contínuas de trabalho por dia ou trinta e seis semanais, ficando vedada a fixação do intervalo para almoço antes das 10 e depois das 13 horas.

V. No serviço do pessoal das equipagens de trens em geral não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I e II.
- (B) Estão corretas as assertivas II e III.
- (C) Estão corretas as assertivas II e IV.
- (D) Estão corretas as assertivas III e IV.
- (E) Estão corretas as assertivas III e V.

QUESTÃO 20

Em relação ao trabalho realizado nas equipagens das embarcações da Marinha Mercante Nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca, é incorreto afirmar:

- (A) Entre as horas 0 e 24 de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante 8 horas, quer de modo contínuo, quer intermitente, a critério do comandante, sendo que no caso de modo intermitente, nunca por período inferior a uma hora.
- (B) O serviço de vigilância, movimentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, quando realizados aos domingos e feriados, não será considerado extraordinário.
- (C) As horas de trabalho extraordinário poderão ser compensadas no fim da viagem e são consideradas indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.
- (D) Mesmo ocupando função de direção, o tripulante tem direito ao pagamento de horas extras.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) Os serviços realizados aos domingos e feriados ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e passageiros não será considerado extraordinário.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 21

Quanto às convenções e acordos coletivos, aponte a alternativa correta:

- (A) Os sindicatos convenentes ou as empresas acordantes devem promover, conjuntamente, dentro de sete dias da assinatura da convenção ou acordo, o depósito do correspondente instrumento para fins de registro e arquivo no órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.
- (B) Feito o depósito do instrumento da convenção ou acordo, este entrará em vigor cinco dias depois, sendo que dentro de três dias, da mesma data do depósito, cópias autenticadas dos referidos atos deverão ser afixadas, de modo visível, nas sedes dos sindicatos e dos estabelecimentos empresariais.
- (C) Havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos 60 dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.
- (D) Interesse coletivo é o fundado em um bem indivisível e diz respeito a sujeitos indeterminados, ligadas por meio de uma relação jurídica básica.
- (E) Interesse ou direito difuso é o transindividual, de natureza divisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas, ligadas por uma relação jurídica básica.

QUESTÃO 22

No que tange ao instituto da greve, analise as proposições abaixo:

- I. Um dos traços do movimento paredista é a sustação provisória de atividades laborativas, em face do empregador ou do tomador de serviços.
- II. A greve possui um caráter de exercício coletivo, embora atos individuais de seus participantes possam ser enquadrados como tipos ilícitos e sofram as consequências punitivas da lei.
- III. A sabotagem faz parte das consequências fáticas e políticas da greve, porquanto é conduta



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

que atinge o patrimônio do empregador, aliás, como acontece com o próprio movimento de greve.

IV. São considerados serviços ou atividades essenciais, dentre outros, os que apresentam limitação ao direito de greve, pois, em relação a estes a greve não é possível: tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica; serviços bancários; serviços funerários; escolas; controle de tráfego aéreo.

V. A competência para conhecer e julgar o movimento pavidista é da Justiça do Trabalho, mas a ocupação do estabelecimento pelos obreiros e a restrição a trânsito dos trabalhadores pelos piquetes grevistas, competem à Justiça Comum.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I e II.
- (B) Estão corretas as assertivas I e III.
- (C) Estão corretas as assertivas II e III.
- (D) Estão corretas as assertivas III e IV
- (E) Estão corretas as assertivas I e V.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa incorreta, dentre aquelas abaixo, levando em conta que é livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência:

- (A) Para ingresso em funções públicas ou assemelhadas, em caso de cessação coletiva de trabalho, por motivo de fechamento de estabelecimento.
- (B) Na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas.
- (C) Na concessão de bolsas de estudo para si ou para seus filhos, obedecida a legislação que regule a matéria.
- (D) Para a admissão nos trabalhos de empresa que explore serviços públicos ou mantenha contrato com os poderes públicos.
- (E) Para a aquisição de instrumentos relativos ao exercício da profissão, exceto automóveis e outros veículos, quando financiados pelas autarquias, sociedades de economia mista ou agências financeiras do Governo.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 24

Em matéria de prorrogação, revisão, denúncia, revogação e extensão dos diplomas negociais coletivos, assinale a alternativa correta:

- (A) O procedimento respectivo de tais figuras necessita de aprovação da Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes ou das partes acordantes pelo “quorum” de 2/3 dos associados, em primeira convocação, para convenções; de 1/3 dos associados, em primeira convocação, para os acordos; e em segunda convocação, para ambos os casos, com qualquer número.
- (B) O procedimento para a aprovação exige mera ratificação do diploma básico, pelos representantes dos Sindicatos envolvidos e ou do Sindicato e da empresa, sem necessidade de comunicação assemblear.
- (C) O procedimento nesses casos, leva em conta o comparecimento à Assembleia Geral dos Sindicatos, de metade mais um dos associados, em primeira convocação; e de 2/3, em segunda convocação.
- (D) O procedimento para a aprovação fica dependente de uma troca de cartas protocolada na sede dos Sindicatos e/ou do Sindicato e da empresa, assinada pela Diretoria e/ou representantes das partes envolvidas.
- (E) O procedimento respectivo necessita de aprovação da Assembleia Geral dos respectivos Sindicatos convenientes ou das partes acordantes, em primeira convocação, com o “quorum” de 2/3 dos associados, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo; e, em segunda convocação, de 1/3 dos membros

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25

Em relação aos atos praticados pela Administração e aos atos administrativos, analise as seguintes proposições:

- I. Existem atos praticados pela Administração que são regidos pelo Direito Privado, como, por exemplo, a simples locação de uma casa para nela instalar-se uma repartição pública. O conteúdo e respectivo efeito não são regulados pelo Direito Administrativo.
- II. Os motivos determinantes que embasam a vontade do agente são importantes para a prática do ato, como motivos gestacionais, mas não integram a validade do ato, salvo quando a lei tenha estabelecido, antecipadamente, os motivos que ensejariam a sua prática.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

III. Atos vinculados são aqueles que têm prévia e objetiva tipificação legal do único possível comportamento da Administração em face de situação igualmente prevista em termos de objetividade absoluta. Atos discricionários são os praticados com certa margem de liberdade de avaliação ou decisão, segundo critérios de conveniência e oportunidade, pela Administração formulados.

IV. O ato revogador de outro ato pode ter efeito “ex nunc” e/ou “ex tunc”, já a invalidação só opera efeito “ex nunc”.

V. Como a forma do ato administrativo pode, eventualmente, não ser obrigatória, inexistindo prescrição, é possível concluir pelo regime estritamente legal, que pode existir ato administrativo sem forma.

Responda:

- (A) Estão incorretas as assertivas I e II.
- (B) Estão corretas as assertivas III e IV.
- (C) Estão incorretas as assertivas IV e V.
- (D) Estão corretas as assertivas III e V.
- (E) Estão incorretas as assertivas II e III.

QUESTÃO 26

Quanto ao controle judicial de legalidade dos atos administrativos, aponte a alternativa correta:

- (A) O controle judicial dos atos administrativos não pode estender-se à investigação dos motivos, da finalidade e da causa do ato, tendo em vista a discricionariedade da atuação do Poder Público na prática de tais atos.
- (B) O Poder Público pode e deve autorizar providências administrativas restritivas de direitos, com o fito de forçar o cidadão a satisfazer, por exemplo, uma pretensão tributária ou trabalhista.
- (C) Enquanto na atividade privada pode-se fazer tudo o que não é proibido, na atividade administrativa só se pode fazer o que é permitido, daí dizer-se que o liame que vincula a Administração à Lei é tão estrito quanto o travado entre a lei e o comportamento dos particulares.
- (D) No exame do ato administrativo discricionário há de ser observado que a discricionariedade não se caracteriza por uma liberdade de conduta administrativa.
- (E) Para se ter como correto o ato administrativo discricionário, basta que o agente alegue que



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

o operou no exercício da discricção, isto é, dentro do campo de alternativa que a lei lhe abria. O juiz, mesmo se provocado, não examina a razoabilidade do ato, nem se o comportamento administrativo adotado revelou-se respeitoso à finalidade da norma aplicada.

QUESTÃO 27

Em relação ao poder de polícia, aponte a alternativa incorreta:

- (A) Não há limitações administrativas ao direito de liberdade e ao direito de propriedade, e sim limitações à liberdade e à propriedade.
- (B) A atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade, ajustando-as aos interesses coletivos, designa-se “poder de polícia”, abrangendo, em sentido amplo, tanto os atos do Legislativo quanto os do Executivo.
- (C) Caracterizar o poder de polícia como positivo ou negativo depende apenas do ângulo através do qual se encara a questão. Na verdade, tanto faz dizer que através dele a Administração evita um dano, quanto que por seu intermédio ela constrói uma utilidade coletiva.
- (D) Há uma separação conceitual entre polícia administrativa e polícia judiciária; a atuação administrativa marca-se pela repressão a uma atuação antissocial, como a dissolução de um comício ou de uma passeata, ao passo que a judiciária se preordena à responsabilização dos violadores da ordem jurídica.
- (E) Para bem exercer a administração pública, pode o governo delegar aos particulares atos próprios de polícia administrativa, como na fiscalização e cumprimento de normas de trânsito mediante equipamentos fotossensores, pertencentes e operados por empresas privadas contratadas pelo Poder Público.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa correta:

- (A) Pode-se dizer que a consumação de crime, segundo a definição dada pelo artigo 14, inciso I, do Código Penal Brasileiro, é o mesmo que o seu exaurimento e com este se confunde.
- (B) O chamado exaurimento do crime está no pós-fato, decorrente do mesmo intento, mas que enseja outra punição, porque lesiona bem jurídico distinto do ofendido pelo fato anterior, ou



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

porque incrementa a lesão antes produzida ao bem jurídico atingido pelo crime antecedente.

(C) Tentativa imperfeita, ou “iter criminis” interrompido, é aquela em que, apesar de o agente ter realizado toda a fase de execução, o resultado não acontece por circunstâncias alheias à sua vontade.

(D) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, mas os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

(E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade até dois terços.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta:

(A) No crime de ameaça, os meios que a lei enumera para anúncio do mal injusto intimidativo não abrangem as formas mímica e simbólica, mas só a oral e a escrita.

(B) O estelionato é crime formal, que se consuma independentemente da efetiva obtenção da vantagem ilícita, bastando à sua consumação o emprego de artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

(C) Dá-se uma das figuras qualificadas do crime de extorsão mediante sequestro se este dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

(D) Quem emprega violência contra a pessoa, ou grave ameaça, só depois de subtraída a coisa e apenas com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a pacífica detenção da coisa para si ou para terceiro, não incide na pena do crime do roubo.

(E) A nossa lei penal não caracteriza como crime a subtração da coisa comum, a quem legitimamente a detenha, quando praticada pelo condômino, co-herdeiro ou sócio.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa correta:

(A) São requisitos do tipo, no crime de falsidade ideológica: 1) alteração da verdade sobre fato juridicamente relevante; 2) imitação da verdade; 3) potencialidade do dano; 4) dolo.

(B) O uso de documento falso não é crime formal e sua caracterização depende da ocorrência de um resultado naturalístico específico e determinado.

(C) A persecução do crime de “abuso de autoridade” somente se procede mediante queixa do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

ofendido.

(D) Não é punível a calúnia contra os mortos.

(E) A exceção da verdade, nos crimes contra a honra, é cabível, indistintamente, tanto na calúnia, quanto na injúria e na difamação.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 31

Determinado recurso ordinário, que não sofreu notificação para contrarrazões, tem seu provimento negado em segunda instância. À luz da teoria das nulidades adotada pelo processo do trabalho em seu estatuto consolidado, assinale a alternativa correta:

(A) Deveria ter sido declarada a nulidade dos atos praticados desde o juízo provisório de admissibilidade, este inclusive.

(B) Deveria ter sido declarada a nulidade dos atos praticados desde o juízo definitivo de admissibilidade.

(C) Impõe-se a declaração da nulidade *ex officio*, a qual abrange todos os atos decisórios.

(D) Impõe-se a declaração da nulidade *ex officio*, a qual abrange todos os atos decisórios de caráter definitivo.

(E) Como a ausência de determinação de prazo para contrarrazões não gera prejuízo ao recorrido, não há nulidade a ser declarada.

QUESTÃO 32

No que toca à exigência do depósito prévio da multa cominada em razão de atuação administrativa, como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo, assinale a alternativa correta:

(A) Tal depósito prévio é obrigatório porque previsto no art. 636, § 1º, da CLT, o qual, conforme entendimento sumulado pelo TST, está recepcionado pela Constituição da República ante a sua compatibilidade com o art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

(B) Tal depósito prévio é obrigatório porque, embora previsto no art. 636, § 1º, da CLT, este



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

sofreu alteração legislativa após a promulgação da Constituição da República, adequando-se ao art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

(C) Tal depósito prévio é obrigatório, mesmo não tendo sido previsto em lei específica, já que é permitido pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

(D) Tal depósito prévio não é obrigatório porque o art. 636, § 1º, da CLT, conforme entendimento sumulado pelo TST, não foi recepcionado pela Constituição da República ante a sua incompatibilidade com o art. 5º, inciso LV, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

(E) O depósito prévio não é obrigatório porque não foi instituído por lei específica e, portanto, conforme jurisprudência sumulada pelo TST, não se aplica o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República, que cuida do contraditório e da ampla defesa.

QUESTÃO 33

Inconformado com o andamento da execução definitiva de reclamação trabalhista proposta, para a qual não foi regularmente citado, o executado impetra mandado de segurança. Considerando a hipótese narrada, assinale a alternativa correta:

(A) Contra sentença transitada em julgado não cabe mandado de segurança.

(B) A sentença transitada em julgado admite questionamento por meio de mandado de segurança.

(C) A sentença transitada em julgado pode ser atacada por mandado de segurança em razão do vício de citação.

(D) A sentença transitada em julgado pode ser atacada por mandado de segurança porque a execução já é definitiva.

(E) A sentença não transitou em julgado, porquanto pendente a execução definitiva.

QUESTÃO 34

A empresa x, por meio de reclamação trabalhista, foi condenada à inclusão do adicional de insalubridade, em grau médio, na folha de pagamento do empregado y. Passados quase dois anos do trânsito em julgado daquela decisão, a empresa x adota todos os cuidados suficientes e necessários para a eliminação do agente insalubre que ensejou a sua condenação, sendo certo que y deixa de se expor a toda e qualquer condição de insalubridade, com o que x cessa o pagamento do adicional correspondente. Tendo em vista a hipótese narrada, assinale a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

alternativa correta:

- (A) x age com acerto, eis que a condenação que versa sobre relações jurídicas continuativas pode ser suspensa por ato de iniciativa do executado quando há modificação no estado de fato.
- (B) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada faz coisa julgada material e os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Rescisória.
- (C) x age com acerto, eis que a coisa julgada material não se forma em decisões sobre relações jurídicas sucessivas.
- (D) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada faz coisa julgada material e os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Revisional.
- (E) x não age com acerto, eis que a decisão mencionada não faz coisa julgada material, mas os efeitos da modificação no estado de fato devem ser resolvidos por meio de Ação Revisional.

QUESTÃO 35

Um reclamante pleiteia diferenças salariais fundadas na equiparação salarial com determinado colega de trabalho, que exerce cargo diverso do seu, conforme consta da petição inicial. Ao contestar, a reclamada nega a identidade funcional. Na audiência instrutória, são ouvidas as partes e o reclamante desiste da oitiva de testemunhas. O juiz determina o encerramento da instrução processual, sob protestos da reclamada, que insiste em ouvir as testemunhas que trouxe. Assinale a resposta correta:

- (A) O juiz agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia à reclamada, conforme artigo 818 da CLT c/c art. 333, II, do Código de Processo Civil, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
- (B) O juiz não agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia à reclamada, conforme artigo 818 da CLT c/c art. 333, II, do Código de Processo Civil, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
- (C) O juiz agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia ao reclamante, conforme artigo 818 da CLT c/c art. 333, I, do Código de Processo Civil, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.
- (D) O juiz não agiu adequadamente, porquanto o ônus da prova incumbia ao reclamante, conforme artigo 818 da CLT c/c art. 333, I, do Código de Processo Civil, este aplicável ante o que prevê o art. 469 da CLT.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) O juiz não agiu adequadamente, porquanto violou o art. 5º, LV, da Constituição da República.

QUESTÃO 36

Assinale a resposta correta no que diz respeito ao prazo para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) interpor o recurso ordinário previsto pelo art. 893, II, da CLT contra as sentenças definitivas condenatórias proferidas em reclamações trabalhistas nas quais litigam empregado e empregador na posição de reclamante e reclamado, respectivamente:

(A) É de 08 dias, não se aplicando o que prevê o art. 188 do CPC, já que este abrange, restritivamente, apenas os entes da administração pública direta.

(B) É de 08 dias, não se aplicando o que prevê o art. 188 do CPC, já que este abrange, restritivamente, apenas os entes da administração pública indireta.

(C) É de 16 dias, conforme art. 188 do CPC, extensivo à recorrente que, por se tratar de autarquia, goza da vantagem prevista pela Lei nº 9.469, de 1997, que cuida da intervenção da União, nas causas em que figurarem entes da administração indireta.

(D) É de 16 dias, conforme art. 188 do CPC, extensivo à recorrente que, por se tratar de empresa pública, goza da vantagem prevista pela Lei nº 9.469, de 1997, que cuida da intervenção da União, nas causas em que figurarem entes da administração indireta.

(E) É de 08 dias, conforme regra geral insculpida no art. 895, I, da CLT.

QUESTÃO 37

Tem legitimidade para propor a Ação Civil Pública, segundo previsão expressa na Lei 7.347, de 1985:

(A) Apenas o Ministério Público.

(B) Apenas o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações, as sociedades de economia mista e a associação que esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(C) Apenas o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações e a associação que esteja constituída há pelo



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

menos um ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(D) Apenas o Ministério Público, a Defensoria Pública, as autarquias, as fundações e a associação que esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

(E) Apenas o Ministério Público, a Defensoria Pública e a associação que esteja constituída há pelo menos um ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 38

Assinale a estrutura básica da petição inicial do processo trabalhista, nos limites dos requisitos exigidos pelo art. 840 da CLT:

(A) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(B) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(C) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, pedido, valor da causa, data e assinatura do autor ou seu representante.

(D) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos, a especificação das provas a produzir, pedido, data e assinatura do autor ou seu representante.

(E) Designação do juiz a quem se dirige, qualificação do autor, qualificação do réu, exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido, pedido, valor da causa, data e assinatura do autor ou seu representante.

QUESTÃO 39

Analise as seguintes proposições que dizem respeito aos prazos no processo do trabalho:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- I. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por vinte e quatro horas, improrrogáveis.
- II. A CLT prescreve vinte minutos para defesa oral em audiência e não prevê qualquer prazo para as razões finais.
- III. O executado será citado para, no prazo de vinte e quatro horas, pagar ou nomear bens à penhora.
- IV. Os prazos do processo judiciário do trabalho são contínuos e irrelevantes, mas pode haver prorrogação pelo tempo estritamente necessário.
- V. A CLT prevê aos juízes a sujeição ao desconto de um dia de vencimento para cada dia de retardamento na realização de despachos e prática dos demais atos decorrentes de suas funções.

Responda:

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.
- (C) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.
- (D) Apenas as assertivas II, III e IV são corretas.
- (E) Todas as assertivas são corretas.

QUESTÃO 40

Analise as seguintes proposições que dizem respeito à organização da Justiça do Trabalho e o Poder Judiciário:

- I. A Emenda Constitucional 45, de 2004, introduziu significativas alterações no artigo 111 da Constituição da República, dentre as quais, reguladas no artigo 111-A, a instituição de dois novos organismos de funcionamento junto ao TST, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- II. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema e suas decisões terão efeito vinculante.
- III. A Emenda Constitucional 45, de 2004, incluiu, na Constituição da República, o Conselho Nacional de Justiça como órgão do Poder Judiciário, ao qual compete, dentre outras funções, controlar o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- IV. A aferição do merecimento para a promoção de magistrado na carreira deve dar-se



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

conforme o seu desempenho e por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, bem como pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

V. A União criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

Responda:

- (A) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
- (C) Apenas as assertivas II, III e IV são corretas.
- (D) Apenas as assertivas II, IV e V são corretas.
- (E) Todas as assertivas são corretas.

QUESTÃO 41

Considere as seguintes proposições:

- I. O Ministério Público da União, organizado por lei ordinária, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade, a soberania e a representatividade popular.
- III. Compete ao Ministério Público da União, entre outros entes, propor ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.
- IV. Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência, notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada, mas seu acesso a banco de dados de caráter público ficará sempre condicionado à existência prévia de ação judicial.
- V. Tendo em conta o princípio da independência funcional, o Procurador-Geral da República, como chefe do Ministério Público da União, não pode ser exonerado de ofício pelo Presidente da República.

Responda:

- (A) Estão corretas somente as assertivas I e II;
- (B) Estão corretas somente as assertivas IV e V;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (C) Somente a assertiva III está correta;
- (D) Todas as assertivas estão corretas;
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

QUESTÃO 42

Analise as seguintes proposições:

- I. O parcelamento dos recolhimentos referentes às contribuições sociais, concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, implica a interrupção da execução de referidas contribuições.
- II. Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo presidente do tribunal *a quo*, de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, limitará a apreciação de todas pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento.
- III. No Tribunal Superior do Trabalho não cabem embargos de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídio coletivo que exceda a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho ou que estenda as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho.
- IV. Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, exceto em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de lei federal.
- V. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessário, neste último caso, que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Todas as assertivas estão erradas.
- (C) Somente a assertiva V está correta.
- (D) Somente estão corretas as assertivas IV e V.
- (E) Somente estão corretas as assertivas III, IV e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 43

Analise as seguintes proposições:

- I. Os dissídios coletivos que produzam efeitos em área territorial alcançada, em parte, pela jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e, em outra parte, pela jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, serão processados, conciliados e julgados pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho.
- II. Compete à seção especializada em dissídios coletivos, ou seção normativa, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, originariamente, julgar os conflitos de competência entre os Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo e, em última instância, julgar os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em ações rescisórias e mandados de segurança pertinentes a dissídios coletivos.
- III. Imóvel residencial considerado como bem de família poderá ser penhorado se o exequente tiver sido trabalhador doméstico que tenha prestado serviços somente em referida residência.
- IV. Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de concessionárias de serviços públicos.
- V. O ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial do mandado de segurança.

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão certas.
- (B) Todas as assertivas estão erradas.
- (C) Estão certas somente as assertivas I, II, III e IV.
- (D) Estão certas somente as assertivas I, III e V.
- (E) Estão certas somente as assertivas II, III e V.

QUESTÃO 44

No que diz respeito ao procedimento sumaríssimo, analise as seguintes proposições:

- I. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta ou indireta.
- II. Os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, hipótese em que os títulos de pretensão condenatória deverão ser apresentados de forma líquida, sob pena



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

de arquivamento da reclamação. Tramitando a ação pelo rito sumaríssimo, esgotados todos os meios para a citação do réu sem que este seja encontrado, a citação far-se-á por edital.

III. Não é necessário o relatório na sentença prolatada no sumaríssimo e as partes desta serão intimadas pela via postal, com aviso de recebimento.

IV. No procedimento sumaríssimo, as partes serão intimadas a se manifestar sobre o laudo no prazo sucessivo de cinco dias.

V. No procedimento sumaríssimo, a exceção de incompetência em razão da matéria será decidida de plano na audiência e as demais exceções, na sentença.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- (B) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas III, IV e V.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

QUESTÃO 45

Analise as seguintes proposições:

I. A substituição do sindicato, conforme inciso III, do artigo 8º, da Carta Magna de 1988 restringe-se aos membros da categoria a ele filiados.

II. A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de convenção coletiva, mas não se estende à observância de acordo coletivo.

III. A legitimação do sindicato para atuar como substituto na defesa dos interesses coletivos restringe-se a questões judiciais.

IV. Não gera litispendência ação proposta pelo sindicato na qualidade de substituto processual, uma vez que se trata de legitimação extraordinária concorrente, em que a propositura de ação pelo substituto não obsta a propositura pelo substituído.

V. Os empregadores e os empregados poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, sendo que, nos dissídios individuais, poderão fazer-se substituir pelo sindicato, que tem legitimação extraordinária para tanto.

Responda:

- (A) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Somente as assertivas II e V estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (C) Somente a assertiva V está correta.
- (D) Somente a assertiva IV está correta.
- (E) Todas as assertivas estão erradas.

QUESTÃO 46

Analise as seguintes proposições:

- I. As decisões normativas são instituições próprias do processo trabalhista, que não tem similar no processo comum, e as cláusulas inseridas em convenção coletiva, estipulando normas processuais atinentes ao procedimento a ser adotado para a solução dos conflitos dela resultantes, constituem-se em fonte extraestatal de Direito Processual.
- II. O primeiro princípio concreto do processo do trabalho é o protecionista, o segundo, o da jurisdição normativa, que implica em uma delegação de poderes ao Judiciário Trabalhista para, utilizando a via processual, criar ou modificar norma jurídica.
- III. O princípio da despersonalização do empregador permite a extensão dos efeitos da coisa julgada a quem não foi parte no processo.
- IV. A faculdade de conversão da reintegração do empregado estável em indenização é fruto do princípio da ultra-petição ou extra-petição.
- V. Os princípios da extra-petição, da iniciativa 'ex officio' da ação e o da coletivização das ações individuais são abstratos.

Responda:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Somente a assertiva III está errada.
- (C) A assertiva IV está errada.
- (D) A assertiva V está errada.
- (E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 47

Analise as assertivas proposições:

- I. O prazo de dois anos para ajuizar ação rescisória suspende-se durante o recesso.
- II. O prazo de dois anos para interpor ação rescisória interrompe-se durante o recesso.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

III. Conforme entendimento sumulado, bem como nos termos do Código Civil, a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos, ou seja, soma-se na contagem o período anterior à interposição da ação.

IV. O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa, conforme entendimento sumulado, flui apenas da data de seu trânsito em julgado.

V. A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida, conforme entendimento sumulado, prescreve em dois anos contados da cessão do contrato de trabalho.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I e III,
- (B) Estão corretas as assertivas II e III,
- (C) Estão corretas as assertivas III, IV e V.
- (D) Estão corretas as assertivas I e V.
- (E) Estão corretas as assertivas IV e V.

QUESTÃO 48

No que diz respeito ao *jus postulandi*, conforme entendimento sumulado, é correto afirmar:

- (A) Pode ser exercido em qualquer instância da Justiça do Trabalho, exceto em se tratando de mandado de segurança.
- (B) Limita-se única e exclusivamente às Varas do Trabalho.
- (C) Não alcança nem o mandado de segurança, nem tampouco os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho, mas pode ser exercido em ação cautelar.
- (D) Pode ser exercido em ação cautelar, mas não em sede de ação rescisória.
- (E) Não cabe nos recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 49

No que diz respeito à falência, marque a alternativa incorreta:

- (A) Os créditos trabalhistas cedidos a terceiros, na falência, serão considerados quirografários, assim como também os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.
- (B) Serão considerados créditos extraconcursais os derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

falência, hipótese em que serão pagos com precedência sobre os créditos derivados dos acidentes de trabalho ocorridos antes da decretação da falência.

(C) A decretação da falência, com efeito retroativo, não atinge as arrematações já realizadas, ressalvada a fraude, que depende de ação própria.

(D) Na alienação conjunta ou separada de ativos da falida, não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, exceto nas derivadas da legislação do trabalho e nas decorrentes de acidente de trabalho.

(E) O arrematante sucederá o devedor falido na alienação dos ativos, caso seja sócio da sociedade falida, ou de sociedade controlada pelo falido, parente, em linha reta ou colateral até o 4º grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida, ou, ainda, identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão.

QUESTÃO 50

No que diz respeito ao sistema recursal, assinale a alternativa correta:

(A) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal, ficando vedada a interposição de recurso pela Procuradoria da Justiça do Trabalho nesta última hipótese.

(B) O recurso da União contra as decisões proferidas nos dissídios coletivos será suspensivo quanto à parte que exceder o índice governamental.

(C) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 40% (quarenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

(D) A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo, sendo que o *dies a quo* não poderá coincidir com sábado, domingo ou feriado, consoante a regra insculpida no art. 184 do Código de Processo Civil.

(E) A União, Estados, Municípios e suas autarquias e fundações de direito público, que não explorem atividade econômica, assim como a massa falida e as empresas em liquidação extrajudicial, estão isentas do depósito recursal, tanto no caso de interposição do recurso ordinário, quanto no de revista.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 51

Assinale abaixo a penalidade a que estão sujeitos os diretores de Sindicatos que deixarem de dar cumprimento às disposições da Lei nº5.584, de 26.06.1970 (disciplinadora da concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho):

- (A) Suspensão por prazo de 60 dias, salvo comprovado motivo de ordem financeira.
- (B) Multa pecuniária (dobrada na reincidência), além da suspensão referida na alternativa “a” acima.
- (C) Multa pecuniária (com acréscimo de 50% na reincidência), salvo comprovado motivo de ordem financeira.
- (D) Multa pecuniária (dobrada na reincidência), salvo comprovado motivo de ordem financeira.
- (E) Não estarão sujeitos a qualquer penalidade.

QUESTÃO 52

Para os efeitos do processo judiciário trabalhista, assinale a alternativa incorreta dentre as abaixo listadas:

- (A) A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do Juiz.
- (B) Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- (C) A reclamação verbal será distribuída após a sua redução a termo.
- (D) São isentos de selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.
- (E) As certidões dos processos que correrem em segredo de Justiça dependerão de despacho do Juiz.

QUESTÃO 53

Assinale a alternativa correta, em face dos termos do processo judiciário trabalhista:

- (A) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo e deverá o Juiz interrogar os litigantes.
- (B) Findo o interrogatório, não poderá qualquer dos litigantes retirar-se, prosseguindo a instrução com o seu representante.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (C) Após o interrogatório, serão ouvidas, obrigatória e sucessivamente, as testemunhas da reclamada, as testemunhas do reclamante, os peritos e técnicos, se houver.
- (D) Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o Juiz, “ex officio”, ou a requerimento, interrogar os litigantes.
- (E) Serão, após os interrogatórios, ouvidas as testemunhas, sendo que os peritos e os técnicos, se houver, deverão ser ouvidos em nova audiência especialmente designada para tanto.

QUESTÃO 54

Quanto ao prazo para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, na forma do art. 853 da CLT, o empregador apresentará reclamação por escrito ao juízo cabível:

- (A) Dentro de 08 dias, contados da data da suspensão do empregado;
- (B) Dentro de 15 dias contados da data da suspensão do empregado;
- (C) Dentro de 30 dias, contados da data em que o empregado cometeu o ato contido no art. 482 da CLT.
- (D) Dentro de 10 dias, contados da data da suspensão do empregado.
- (E) Dentro de 30 dias, contados da data da suspensão do empregado.

QUESTÃO 55

Em se tratando do procedimento sumaríssimo previsto na CLT, assinale a alternativa errada:

- (A) As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo.
- (B) Reputam-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação de mudança de endereço.
- (C) As partes serão intimadas a se manifestar sobre o laudo pericial, no prazo comum de oito dias.
- (D) As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada.
- (E) A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 56

No que diz respeito às custas processuais, assinale a alternativa errada:

- (A) São isentos do pagamento de custas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) São isentos do pagamento de custas as fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.
- (C) É isento o Ministério Público do Trabalho.
- (D) São isentas do pagamento de custas as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
- (E) São isentas do pagamento de custas as autarquias federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 57

Analise as seguintes proposições:

- I. A Constituição é um conjunto de normas e princípios consubstanciados num documento solene estabelecido pelo poder constituinte, modificável por processos especiais previstos no seu texto, o que confere supremacia a suas normas e princípios.
- II. Normas constitucionais de eficácia plena são aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os efeitos essenciais, ou têm a possibilidade de produzi-los, embora dentro de certos limites e / ou circunstâncias.
- III. As normas constitucionais de eficácia limitada ou reduzida não produzem, com a simples entrada em vigor, todos os efeitos essenciais, porque o Legislador constituinte, por qualquer motivo, não estabeleceu, sobre a matéria, uma normatividade para isso bastante, deixando essa tarefa ao legislador ordinário ou a outro órgão do Estado.
- IV. O artigo 7º, XI, da Constituição Federal que estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais, a “participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei”, era um exemplo de norma programática vinculada ao princípio da legalidade, mas que já foi concretizada pelo legislador.
- V. O Poder Judiciário, quando acionado, a propósito de uma norma programática ou de princípios, que estabeleça direitos a toda população, a exemplo do artigo 196 da Constituição



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

Federal, que estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, não tem como impelir o Poder Público à sua concretização. Tais normas ainda dependem de lei que as regulamente.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- (B) Estão incorretas as assertivas II e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas II, III e V.
- (D) Estão incorretas as assertivas II e V.
- (E) Estão corretas as assertivas III, IV e V.

QUESTÃO 58

Analise as seguintes proposições:

I. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicialmente, e tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de 35 anos e menores de 60 anos.

II. O juízo arbitral é uma forma de valorizar a liberdade contratual e se contrapõe à garantia do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário de lesão ou ameaça a direito.

III. Todo autor é titular de direitos morais e de direitos patrimoniais sobre a obra intelectual que produzir. Aqueles são personalíssimos, inalienáveis e irrenunciáveis. Já os patrimoniais são alienáveis por ele ou por seus sucessores.

IV. A liberdade de reunião é uma liberdade-condição, porque sendo um direito em si, constitui também condição para o exercício de outras liberdades: de manifestação do pensamento, de expressão de convicção filosófica, religiosa, científica e política e de locomoção, que abrange também, a liberdade de ir, vir e ficar.

V. A casa é o asilo inviolável do indivíduo, mas apesar disso, é possível nela penetrar, por simples despacho judicial, traduzido num mandado, durante o dia, em princípio, entre 6h e 18h.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- (B) Estão corretas as assertivas II, III e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas III, IV e V.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (D) Estão corretas as assertivas I e II.
(E) Estão corretas as assertivas II e IV.

QUESTÃO 59

Quanto aos tribunais e servidores, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Independem de concurso as nomeações para cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
(B) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito à greve nos limites determinados em leis específicas.
(C) O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, bem como seus acréscimos pecuniários são irredutíveis.
(D) Nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno.
(E) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

QUESTÃO 60

Em matéria de finanças públicas, analise as seguintes proposições:

- I. Lei Ordinária disporá sobre finanças públicas e dívida pública externa e interna.
II. O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
III. É vedada a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
IV. As despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar, mediante ato administrativo plenamente justificável.
V. O servidor estável, que perder o cargo após o fracasso das medidas determinadas pela Constituição Federal para o cumprimento dos limites estabelecidos em lei complementar para a despesa de pessoal, fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

Responda:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (A) Estão corretas as assertivas II, III e V.
- (B) Estão corretas as assertivas I, IV e V.
- (C) Estão corretas as assertivas II, IV e V.
- (D) Estão corretas as assertivas I e IV.
- (E) Estão corretas as assertivas I e V.

QUESTÃO 61

Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as seguintes proposições:

- I. A expressão “Direitos Fundamentais do Homem” significa esfera privada contraposta à atividade pública, como simples limitação ao Estado ou auto-limitação deste.
- II. As “garantias constitucionais” em conjunto caracterizam-se como imposições, positivas ou negativas, aos órgãos do Poder Público, limitativas de sua conduta, para assegurar a observância ou a reintegração dos direitos fundamentais.
- III. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- IV. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização administrativa, sendo permitida, no entanto, a interferência estatal em seu funcionamento.
- V. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse público, que serão prestadas no prazo de lei, sob pena de responsabilidade. As informações de interesse coletivo são vedadas por imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

Responda:

- A) Estão corretas as assertivas I, II e IV.
- B) Estão corretas as assertivas II e III.
- C) Estão corretas as assertivas IV e V.
- D) Estão corretas as assertivas III e V.
- E) Estão corretas as assertivas II, IV e V.

QUESTÃO 62

Em matéria de competência, assinale a alternativa correta:

- (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, originária e definitivamente, mandado de segurança, quando a autoridade coatora for autoridade da Administração Pública Federal.
- (B) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, a exemplo dos órgãos da Justiça do Trabalho.

(C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, o “habeas corpus”, sendo pacientes os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

(D) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais do Trabalho.

(E) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre os Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

QUESTÃO 63

Em relação às figuras processuais no âmbito da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

(A) Conceder-se-á “habeas data” observando-se, no que couber, as normas do “habeas corpus”, enquanto não editada legislação específica.

(B) No mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

(C) Conceder-se-á “habeas data”, observando-se, no que couber, as normas do “mandado de injunção”, enquanto não editada legislação específica.

(D) No mandado de segurança coletivo, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

(E) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos processuais.

QUESTÃO 64

Assinale a alternativa incorreta dentre os direitos constitucionalmente assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos:

(A) Integração à previdência social.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- (B) Licença-paternidade.
- (C) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Repouso semanal remunerado.
- (E) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

QUESTÃO 65

Assinale a alternativa incorreta, dentre o que é constitucionalmente vedado aos Juízes:

- (A) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (B) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- (C) Dedicar-se à atividade político partidária.
- (D) Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processos.
- (E) Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

QUESTÃO 66

Assinale a alternativa incorreta, dentre os princípios constitucionais relativos ao Poder Judiciário, concernentes à lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que disporá sobre o Estatuto da Magistratura:

- (A) O Juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- (B) É obrigatória a promoção do Juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- (C) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.
- (D) A distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.
- (E) Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.

QUESTÃO 67

Assinale a alternativa incorreta dentre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal:

- (A) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

profissionais que a lei estabelecer.

(B) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

(C) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe legalmente constituída há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(D) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

(E) Conceder-se-á “habeas data” para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa incorreta:

(A) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, decaindo em três anos o direito de anular a sua constituição, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação da inscrição no respectivo registro.

(B) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. É de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação de negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

(C) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar; no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; e no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

(D) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, este prazo será de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

(E) O juiz não poderá, de ofício, conhecer da decadência, mesmo quando estabelecida por lei.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa incorreta, observados os termos do Código Civil:

- (A) As pessoas jurídicas são de direito público externo e interno e de direito privado.
- (B) As associações, as sociedades e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (E) Os estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público são pessoas jurídicas de direito público externo.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) São requisitos de validade do negócio jurídico ser o agente capaz, o objeto lícito, possível, determinado ou determinável e observar forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- (C) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos. Se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexequíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.
- (D) No caso da responsabilidade civil, em regra a indenização mede-se pela extensão do dano. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez..



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) É defeso ao juiz reduzir o valor da indenização mesmo havendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, tendo em vista ser inviável a prolação de sentença de natureza diversa da pedida.

QUESTÃO 71

Analise as seguintes proposições, em relação aos bens móveis, quanto à sua classificação legal:

- I. São bens móveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- II. São bens móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem.
- III. São bens móveis os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- IV. São bens móveis os materiais provenientes de demolição.

Responda:

- (A) São corretas as assertivas I e III.
- (B) São corretas as assertivas II e III.
- (C) São corretas as assertivas III e IV.
- (D) São corretas as assertivas II e IV.
- (E) São corretas as assertivas I e IV.

QUESTÃO 72

Assinale a alternativa correta:

- (A) A cláusula penal poderá ter qualquer valor, a critério e com a expressa concordância das partes.
- (B) A invalidade da obrigação principal implica a das acessórias, a destas induz a da obrigação principal.
- (C) O credor para exigir a pena convencional deverá alegar prejuízo.
- (D) A penalidade não poderá ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 73

Nos termos do Código Civil, as condições abaixo invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados, à exceção:

- (A) Das condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
- (B) Das condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.
- (C) Das condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita.
- (D) Das condições incompreensíveis.
- (E) Das condições contraditórias.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa incorreta sobre preferências e privilégios creditórios no Código Civil:

- (A) Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor.
- (B) Não havendo título legal à preferência, terão os credores igual direito sobre os bens do devedor comum.
- (C) A discussão entre os credores pode versar somente sobre a preferência entre eles disputada.
- (D) O crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.
- (E) O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa incorreta no que diz respeito às características da sociedade cooperativa, conforme elencado no Código Civil:

- (A) Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- (B) Responsabilidade dos sócios ilimitada, independentemente do valor de suas quotas e do prejuízo verificado nas operações sociais.
- (C) Intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (D) Quórum, para a assembléia geral funcionar e deliberar, fundado no número de sócios presentes à reunião, e não no capital social representado.
- (E) Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

QUESTÃO 76

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (B) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem ou transmitem, quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira e no caso de instrumentos particulares que forem antedatados, ou pós-datados.
- (C) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.
- (D) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- (E) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

QUESTÃO 77

Assinale a alternativa correta:

- (A) Os incapazes, em razão da idade, em casos de falecimento ou ausência dos pais, ou se estes decaírem do poder familiar, serão postos sob curatela.
- (B) O domicílio do incapaz, necessariamente, é o do seu representante ou assistente.
- (C) Nos contratos escritos poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes, que prevalecerá mesmo em se tratando de relação de consumo, ainda que distante daquele em que reside o consumidor.
- (D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade, sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado em qualquer parte do território nacional.
- (E) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente, ou quatro anos se tiver deixado



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

procurador ou representante, os interessados poderão requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

QUESTÃO 78

São chamados de “pertencas” os bens que:

- (A) Compõem uma universalidade de fato, como integrantes da pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- (B) Constituem uma universalidade de direito, como um complexo de relações jurídicas de uma pessoa, constante de direitos e obrigações, dotadas de valor econômico, a que a ordem jurídica atribui caráter unitário.
- (C) Não constituindo partes integrantes, se destinam, entretanto, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem.
- (D) São destinados à permanência apenas transitória, para um melhor proveito inicial da coisa principal, sem terem com esta, entretanto, qualquer vínculo intencional, material ou ideal.
- (E) Necessariamente são abrangidos nos negócios jurídicos que digam respeito ao bem principal, ainda que o contrário resulte das circunstâncias do caso.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 79

Quanto ao trabalho do menor, assinale a alternativa correta:

- (A) O contrato de trabalho infante juvenil é aquele firmado com quem tem idade inferior a dezesseis anos e será considerado nulo com quem, embora tenha idade para trabalhar, o faz sem assistência do pai ou responsáveis.
- (B) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local com mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) Os trabalhadores com idade inferior a dezoito anos somente poderão trabalhar em horário noturno, se emancipados.
- (D) É proibido empregar menor, ainda que emancipado, em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e sete quilos, para o trabalho ocasional.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

(E) Os prazos prescricionais não correm contra o menor, quer seja empregado ou empregador.

QUESTÃO 80

No que concerne ao direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

(A) Adolescente é considerado a pessoa de 12 a 16 anos de idade, sendo que até este limite é assegurada bolsa de aprendizagem.

(B) Ao adolescente, empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte.

(C) O programa social, nos termos da lei, deve garantir ao adolescente que dele participe, formação moral e psicológica, entendendo-se por trabalho educativo estritamente as atividades pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal do educando.

(D) A proteção ao trabalho do adolescente é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990).

(E) Ao adolescente, empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho perigoso, penoso ou insalubre, salvo este último, com a devida proteção individual ou coletiva.

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 81

Dentre as alternativas abaixo, assinale a incorreta:

(A) Reconvenção é ação judicial do réu contra o autor, sendo uma das modalidades de resposta do réu.

(B) Revelia é ausência de contestação, sendo considerada substancial quando o réu, apesar de ter apresentado defesa, o faz genericamente.

(C) O juiz poderá a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

verossimilhança da alegação, além de outros requisitos previstos em lei.

- (D) A prova testemunhal é sempre admissível e se o juiz dispensá-la, cabe agravo retido.
- (E) O erro de forma do processo acarreta unicamente a nulidade dos atos que não possam ser aproveitados, não podendo ser aproveitados os demais atos, ainda que em prejuízo da defesa.

QUESTÃO 82

No que se refere aos atos e prazos processuais, assinale a alternativa correta:

- (A) As partes podem, pelo exercício da autonomia da vontade, reduzir ou prorrogar quaisquer prazos.
- (B) Não se suspende o processo pela convenção entre as partes, mas somente pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer uma delas ou quando oposta exceção de incompetência do juízo, da câmara ou tribunal, ou, ainda, no caso de suspensão ou impedimento do juiz.
- (C) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, à extinção do processo, por falta de condições da ação, não poderá intentar nova ação contra o réu com o mesmo objeto, nem alegar em eventual defesa o seu direito. Trata-se, pois, de perda do direito de ação por desídia.
- (D) Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.
- (E) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho do juiz.

QUESTÃO 83

Assinale a alternativa correta:

- (A) A extinção do processo sem resolução do mérito constitui-se uma possibilidade, ainda que fuja dos casos previstos em lei.
- (B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- (C) O réu poderá oferecer, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, apenas contestação ou reconvenção.
- (D) O princípio da oralidade exige, de forma absoluta, a identidade física do juiz, isto é, o juiz que instruiu a causa terá que ser, necessariamente, o que venha a proferir a sentença.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) No que concerne ao procedimento sob o rito sumário, o réu que pretenda prova testemunhal deveria depositar em cartório, 48 horas antes da audiência de instrução e julgamento, o rol de testemunhas.

QUESTÃO 84

Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta, em matéria de procedimento ordinário:

- (A) Não estão fora do princípio da congruência as matérias de ordem pública.
- (B) Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota, sendo necessário que o autor, no processo civil, aponte com correção a lei que pretenda ver aplicada.
- (C) A causa de pedir remota compreende os fundamentos jurídicos e é o que mediatamente autoriza o pedido.
- (D) Para caracterizar a ação é necessário que o autor lhe dê o nome correto, uma vez que o juiz não poderá receber como ação de despejo, o que pelos fatos narrados e pelo pedido venha a tratar-se apenas de pagamento de alugueres em atraso.
- (E) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, há necessidade de declaração expressa do autor, pelo princípio da congruência entre a inicial e a sentença.

QUESTÃO 85

No que diz respeito a ações, competência e modificações da competência, assinale a alternativa correta:

- (A) Distingue-se a incompetência do impedimento, porque este é defeito respeitante ao órgão jurisdicional e não pertinente à pessoa física que integra o órgão judicial.
- (B) A ação de consignação em pagamento, que não verse sobre locação, deve ser ajuizada no local de pagamento, mas quando a coisa devida for corpo que deva ser entregue no lugar em que está, deverá o devedor requerer a consignação no foro em que ela se encontra.
- (C) Nas ações em que a União for ré, o foro é o da seção judiciária do domicílio do autor, ou daquela em que ocorreu o ato ou o fato de que se originou a demanda, ou daquela em que a coisa esteja situada, ou, ainda, no Distrito Federal.
- (D) No que tange à exceção de incompetência relativa, a petição deve ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, sem que haja necessidade de requerimento de imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- (E) Mesmo que o juiz entenda haver, em determinado caso, nulidade da cláusula de eleição de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

foro, em contrato de adesão, não pode declará-la de ofício, declinando de competência para o juízo de domicílio do réu.

QUESTÃO 86

No que concerne às partes, capacidade, representação e atuação, analise as seguintes proposições:

- I. Capacidade de ser parte é a capacidade de ter direitos e obrigações, tal como adjudicada a um sujeito de direito.
- II. Capacidade processual é a de alguém que pode, idoneamente, instaurar um processo, porque maior e capaz.
- III. A representação, na esfera do processo civil, significa que o absolutamente incapaz, não tendo capacidade processual alguma, mas exclusivamente capacidade de ser parte, não pode processualmente agir.
- IV. Verificado o defeito na representação processual, o juiz, de imediato, decretará a nulidade do processo.
- V. Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão pagas pelo autor da demanda.

Responda:

- A) Apenas a assertiva IV está correta.
- B) Estão corretas as assertivas I, II e IV.
- C) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- D) Estão corretas as assertivas III, IV e V.
- E) Apenas a assertiva II está correta.

QUESTÃO 87

Observe os caracteres processuais a seguir e aponte a alternativa que expresse com exatidão a sequência ora descrita: 1. Não obsta a que a parte principal reconheça a procedência da ação ou transija sobre direitos controversos; 2. É ação secundária, de natureza condenatória, ajuizada no curso de outra ação condenatória principal; 3. É obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.

- (A) Assistência; chamamento ao processo; assistência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (B) Chamamento ao processo; assistência; assistência.
- (C) Denúnciação da lide; denúnciação da lide; chamamento ao processo.
- (D) Denúnciação da lide; denúnciação da lide; assistência.
- (E) Assistência; denúnciação da lide; denúnciação da lide.

QUESTÃO 88

Sobre representação em juízo, ativa e passivamente, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O condomínio é representado pelo administrador ou pelo síndico.
- (B) A herança jacente ou vacante é representada por seu curador.
- (C) O espólio é representado pelo inventariante.
- (D) As pessoas jurídicas são representadas somente por seus diretores.
- (E) O município é representado por seu prefeito ou procurador.

QUESTÃO 89

Assinale a alternativa incorreta, quanto aos deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo:

- (A) Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- (B) Proceder com lealdade e boa fé.
- (C) Cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- (D) Não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
- (E) Comparecer às audiências pontualmente, tolerando-se atrasos de até cinco minutos.

QUESTÃO 90

Assinale a alternativa incorreta, no que diz respeito às hipóteses da extinção do processo sem resolução de mérito:

- (A) Quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- (B) Quando ficar parado durante mais de dois anos por negligência das partes.
- (C) Pela convenção de arbitragem.
- (D) Quando o autor não promover a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo assinado pelo Juiz.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 91

Em matéria de contrato internacional do trabalho, analise as seguintes proposições:

I. Pela Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a autonomia da vontade não prevalece sobre a "Lex loci contractus", uma vez que as obrigações se regem e se qualificam no país em que se constituírem.

II. Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, é aplicável a lei do local da contratação aos contratos de trabalho dos empregados contratados no Brasil, para o trabalho no exterior.

III. Para os efeitos da legislação nacional, considera-se transferido, o empregado removido para o exterior, cujo contrato estava sendo executado no Brasil; ou cedido à empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, ainda que não mantido vínculo trabalhista com empregador brasileiro; e, o contratado por empresa brasileira, com filial no exterior.

IV. As normas brasileiras, que dispõem sobre a situação de trabalhadores contratados no Brasil e transferidos para prestar serviços no exterior, abrangem somente as empresas prestadoras de serviços de engenharia, incluindo consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres.

V. O Código de Bustamante (Convenção de Havana, 1928), que foi internalizado no Brasil, pelo Decreto 5.647, em 8.1.1929, e promulgado pelo Decreto 18.871, de 13.8.1929, determina a aplicação da lei territorial sobre acidente do trabalho e proteção social do trabalhador.

Responda:

- (A) Estão corretas as assertivas I e III.
- (B) Estão corretas as assertivas II e IV.
- (C) Estão corretas as assertivas II e III.
- (D) Estão corretas as assertivas I e V.
- (E) Estão corretas as assertivas IV e V.

QUESTÃO 92

No que concerne à Organização Internacional do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- (A) A Organização Internacional do Trabalho compreende, na sua estrutura básica, uma Conferência Geral constituída pelos Representantes dos Estados-membros; um Conselho de Administração, composto por representantes dos Governos, dos empregadores e dos empregados; e, uma Repartição Internacional do Trabalho, que terá um Diretor-Geral, designado pelo Conselho de Administração.
- (B) Quando houver uma proposta de Convenção Internacional será dado aos Estados-membros conhecimento do teor da Convenção para fins de ratificação, os quais se comprometem a submeter, dentro do prazo de 18 meses, sem nunca exceder a 24 meses, após o encerramento da Conferência, à autoridade interna competente.
- (C) Os Estados-membros da Organização Internacional do Trabalho comprometem-se a apresentar à Repartição Internacional do Trabalho um relatório anual sobre as medidas por ele tomadas para a execução das convenções a que aderiram.
- (D) As questões ou dificuldades relativas à interpretação da Constituição (Estatuto) da Organização Internacional do Trabalho e das convenções ulteriores concluídas pelos Estados-membros, em virtude da mesma, serão submetidas à apreciação da Corte Internacional de Justiça.
- (E) No caso de um Estado federado, o Diretor-Geral da Repartição Internacional deve ser informado sobre a legislação dos Estados-membros e também deve ser informado até que ponto deu-se ou se pretende dar aplicação a dispositivos da convenção internacional, ainda que não-ratificada.

QUESTÃO 93

Analise as seguintes proposições:

- I. Diplomatas e cônsules são órgãos de representação externa do Estado, e, portanto, são funções exercidas por brasileiros natos, nos termos da Constituição Federal.
- II. Em virtude da regra que considera os Estados soberanos como iguais ("par in parem non habet imperium"), o Estado estrangeiro não pode comparecer perante o Judiciário brasileiro, havendo imunidade absoluta de jurisdição.
- III. O Brasil é uma federação e seus Estados-membros não têm soberania, e sim autonomia interna. A soberania externa é exercida pelo Governo Federal, por intermédio do Presidente da República, ao qual compete manter relações com os Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

IV. O Presidente da República pode declarar a guerra, no caso de agressão estrangeira, ou celebrar a paz, mas sempre, previamente autorizado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o mecanismo democrático de separação dos poderes.

V. O MERCOSUL é um bloco regional, fechado, que está na fase da zona de livre comércio, de natureza supranacional, cujo objetivo maior é alcançar a União Econômica e Monetária.

Responda:

- (A) Estão incorretas as assertivas I, II e III.
- (B) Estão incorretas as assertivas I, III, IV e V.
- (C) Estão incorretas as assertivas I, II, IV e V.
- (D) Estão incorretas as assertivas I, II e III.
- (E) Estão incorretas as assertivas I, III e V.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 94

Assinale a alternativa correta:

- (A) O auxílio-acidente será devido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente de trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade laborativa que exija maior esforço ou necessidade de adaptação para exercer a mesma atividade, independentemente de habilitação profissional.
- (B) O auxílio-acidente será devido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- (C) O auxílio-acidente será devido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente de trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém, não o de outra, do mesmo nível de complexidade, após reabilitação profissional.
- (D) O auxílio-acidente será devido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes do acidente do trabalho, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade laborativa que impeça, por si só, o desempenho da atividade que exercia à época do acidente, porém não o de outra, de nível inferior de complexidade, após reabilitação.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) O auxílio-acidente será devido ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de trabalho típico, resultar sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

QUESTÃO 95

Assinale a alternativa correta:

(A) No caso de empregado e trabalhador avulso, entende-se como “salário de contribuição”, para fins previdenciários, a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas estabelecidas em convenções coletivas quanto ao valor da remuneração.

(B) No caso de empregado e trabalhador avulso, entende-se como “salário de contribuição” para fins previdenciários, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

(C) No caso de empregado e trabalhador avulso, entende-se como “salário de contribuição”, para fins previdenciários, a remuneração-base e diárias recebidas inferiores a 50% da remuneração mensal.

(D) No caso de empregado e trabalhador avulso, entende-se como “salário de contribuição”, para fins previdenciários, a remuneração auferida em uma ou mais empresas, destinada a retribuir o trabalho pelos serviços efetivamente prestados durante o mês, observado o teto de contribuição.

(E) No caso de empregado e trabalhador avulso, o “salário de contribuição” para fins previdenciários consiste nos valores simplesmente declarados pelos segurados em questão, observado o teto de contribuição.

QUESTÃO 96

Assinale a alternativa incorreta, com base na Lei 8.212/91:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- (A) O total das diárias pagas, independentemente de seu valor, não integra o salário de contribuição para a Previdência Social.
- (B) Os benefícios pagos pela Previdência Social, nos termos e limites legais, salvo o salário-maternidade, não integram o salário-de-contribuição para a Previdência Social.
- (C) As ajudas de custo e o adicional mensal, recebidos pelo aeronauta, nos termos da Lei nº 5.929, de 30 de outubro de 1973, não integram o salário de contribuição para a Previdência Social.
- (D) A parcela "in natura", recebida de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nos termos da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, não integra o salário-de-contribuição para a Previdência Social.
- (E) As importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias de que trata o art. 137 da Consolidação das Leis do Trabalho, não integram o salário de contribuição para a Previdência Social.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 97

Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Por ser a relação entre o preponente e o preposto uma relação "intuitu personae" que impede, em regra, a delegação dos poderes conferidos a dado preposto, a subcontratação ou a iniciativa da substituição só pode ocorrer mediante autorização escrita do preponente.
- (B) Caso o preposto, sem autorização escrita, venha a se fazer substituir no desempenho da preposição, responderá pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.
- (C) Em regra, os livros e papéis de escrituração contábeis são protegidos pelo sigilo, mas em caráter de excepcionalidade, o juiz poderá autorizar a sua exibição integral, quando necessária para resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.
- (D) O empresário casado não pode, sem outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

(E) Na sociedade limitada, não se admite a contribuição de um sócio, nem mesmo parcialmente, na prestação de seus serviços, pois de todos os contratantes exige-se contribuição exclusivamente material para a formação do capital social.

QUESTÃO 98

Assinale a alternativa incorreta:

(A) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(B) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial, nem prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

(C) O devedor, que preencha os requisitos autorizadores do pedido de recuperação judicial, poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial, salvo quanto a titulares de créditos de natureza tributária, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, assim como outros.

(D) A facilitação da defesa dos direitos do consumidor e a inversão do ônus da prova, inclusive, a seu favor, no processo civil, não estão subordinadas a critério do juiz, nem requerem seja verossímil a alegação formulada pelo consumidor, nem que seja este hipossuficiente.

(E) Quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social, falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade.

QUESTÃO 99

Assinale a alternativa incorreta:

(A) O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO**

**XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- (B) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social amparado no Código de Defesa do Consumidor – CDC.
- (C) À luz do Código de Defesa do Consumidor – CDC, haverá desconsideração da pessoa jurídica quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- (D) À luz do Código de Defesa do Consumidor – CDC, ainda que a personalidade da pessoa jurídica constitua obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados, a desconsideração da personalidade jurídica pelo juiz, sempre exigirá a verificação prévia de desvio de finalidade da pessoa jurídica, confusão patrimonial e abuso de direito.
- (E) O juiz poderá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do Código de Defesa do Consumidor - CDC.

QUESTÃO 100

O direito do empresário, individual ou coletivo, ao nome empresarial (firma ou denominação) e à exclusividade do seu uso, é adquirido e consolidado por um ato:

- (A) De registro no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com validade em todo o território nacional, estando a inscrição do empresário individual, ou o registro dos atos constitutivos da pessoa jurídica, regularmente efetivados no Registro próprio do seu Estado.
- (B) De registro, especial e específico, realizado perante a Junta Comercial, seja ele de inscrição, no momento inicial, seja de averbação, quando operada qualquer alteração, o que garante o uso exclusivo do nome em todo território nacional.
- (C) De registro, cuja extensão do uso exclusivo do nome, por todo o território nacional, não possui previsão legal.
- (D) De inscrição do empresário individual, ou do registro dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou das suas respectivas averbações, no registro próprio, o que assegura o uso exclusivo do nome, nos limites do respectivo Estado.
- (E) De mero registro, da empresa ou do empresário, no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ), com alcance protetivo da exclusividade do uso do nome empresarial em todo o território nacional.